

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.467.002 - SP (2019/0071077-9)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO**
ADVOGADOS : **RENATO COSENZA MARTINS - SP220721**
 LUIZ PAULO VIVIANI E OUTRO(S) - SP251630
AGRAVADO : **L P D DA C**
AGRAVADO : **I P DE C**
AGRAVADO : **M A P C**
AGRAVADO : **R B DOS S**
ADVOGADO : **HENRIQUE ANTÔNIO PATARELLO E OUTRO(S) - SP114949**

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **Município de São Pedro** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 772):

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO MUNICÍPIO. Crianças abusadas sexualmente por adolescente, em escola Municipal. Matéria preliminar. Inocorrência de cerceamento de defesa, pois desnecessária a oitiva de testemunhas além das indicadas nos autos. Descabido o pedido de formação de litisconsórcio com o autor dos atos libidinosos, por se tratar de responsabilidade objetiva do ente estatal. Preliminares rejeitadas. Mérito. Responsabilidade objetiva, nos termos do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal. Omissão específica do ente público, que tem o dever de zelar pela integridade física das crianças entregues à sua vigilância e guarda em estabelecimentos oficiais, levando ao reconhecimento da responsabilidade estatal objetiva. Crianças expostas a ambiente impróprio, reunidas com adolescentes, no horário de saída da escola, sem que fossem assistidas adequadamente. Existência nos autos de provas seguras da ocorrência dos fatos e do nexo de causalidade. Dano material - Ressarcimento de gastos com acompanhamento psicológico das vítimas, pelo período mínimo de um ano. Dano moral "in re ipsa". Arbitramento em R\$ 120.000,00 no total, sendo R\$ 50.000,00 para cada autor menor e R\$ 20.000,00 para a genitor a de ambos. Juros e correção monetária. - Consoante o entendimento do STF, no julgamento do RE 870.947-SE (Repercussão Geral - Tema 810), a atualização monetária de débitos não tributários deve observar o IPCA-E e os juros de

mora devem observar os índices de remuneração da caderneta de poupança, nos termos do art. 1º- F da Lei 9494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09. Correção monetária contada a partir da data do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e os juros moratórios a partir da citação (Súmula 54 do STJ). Honorários advocatícios - Mantida a verba honorária fixada na sentença, pois em valor suficiente para remunerar o trabalho do profissional que atuou na causa. Tendo em vista que a apelante decaiu da maior parte dos pedidos formulados no recurso, arcará com a sucumbência recursal, sendo a verba honorária majorada, nos termos do art. 85, §§ 1º e 11, do CPC/2015. Sentença reformada em parte, apenas para adequar o cálculo dos consectários legais. Recurso parcialmente provido.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 810/815).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 489, § 1º, II e IV, e 1.022, parágrafo único, do CPC/2015. Sustenta, em resumo, que a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* remanesceu omissos acerca das questões neles suscitadas.

O Ministério Público Federal, na condição de fiscal da lei, opinou pelo desprovisionamento do agravo em recurso especial (fls. 891/894).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De início, verifica-se que a insurgência não merece prosperar.

Com efeito, inexistente a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, II e IV, e 1.022, parágrafo único, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Nos termos da orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal, tendo a instância de origem se pronunciado de forma clara e precisa sobre as questões postas nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, como no caso concreto, não há falar em omissão no acórdão estadual, não se devendo confundir fundamentação sucinta com a ausência dessa.

Dessarte, observa-se pela fundamentação do acórdão recorrido (fls. 770/798), integrada em sede de embargos declaratórios (fls. 810/815), que a Corte de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Afasta-se, assim, a alegada omissão ou negativa de prestação jurisdicional tão somente pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

Note-se que o Tribunal não fica obrigado a examinar todos os artigos de lei invocados no recurso, desde que decida a matéria questionada sob fundamento suficiente para sustentar a manifestação jurisdicional, sendo dispensável a análise dos dispositivos que pareçam para a parte significativos, mas que, para o julgador, senão irrelevantes, constituem questões superadas pelas razões de julgar.

A propósito, confirmam-se:

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. ATOS ADMINISTRATIVOS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022, II, DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. [...]

V - No tocante à violação dos arts. 489 e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015, a argumentação não merece ser acolhida. O acórdão recorrido não se resente de omissão, obscuridade ou contradição, porque apreciou a controvérsia com fundamentação suficiente, embora contrária ao interesse do recorrente.

VI - Além disso, está pacificado nesta Corte que o julgador não está obrigado a responder questionamentos ou teses das partes, nem mesmo ao prequestionamento numérico (REsp n. 1.665.273/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/6/2017, DJe 20/6/2017). [...]

XI - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.745.777/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. [...]

2. As recorrentes pleiteiam unicamente a nulidade do acórdão

recorrido alegando deficiência na prestação jurisdicional (artigo 1.022, II, e parágrafo único, combinado com o artigo 489, § 1º, IV, do CPC/2015) sob o pretexto de que a Turma julgadora teria deixado de apreciar o segundo pedido da ação que consiste na condenação do ente público por perdas e danos.

3. Ocorre que o Tribunal de origem, quando do julgamento dos embargos de declaração, foi cristalino no sentido de que "o fundamento adotado pelo acórdão, por razões lógicas, repele o pedido de perdas e danos".

4. Dessa forma, não se vislumbra a ocorrência de nenhum dos vícios elencados no artigo 1.022 do Código de Processo Civil/2015 a reclamar a anulação do julgado. Isso porque o Tribunal local enfrentou expressamente todas questões importantes para o deslinde da controvérsia, não havendo que se confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1.636.253/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 6/2/2018, DJe 20/2/2018)

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo. Levando-se em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator